

(CPC, art. 225).

Alegação de Prescrição

Não precisa o juiz ordenar a citação durante o plantão quando houver alegação de inopetimento do prazo prescricional ou decadencial. Basta proferir esse simples despacho na petição inicial:

Recebida durante o plantão. A citação será ordenada pelo juiz a quem a presente ação for distribuída, não havendo prejuízo para a parte, nos termos da Súmula 106/STJ.

É o suficiente para evitar o perecimento do direito de ação, considerando que “proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência” (Súmula 106/STJ).

Indeferimento de Petição Inicial

Embora durante o plantão o juiz “somente tomará conhecimento de pedidos, ações, procedimentos e medidas de urgência destinados a evitar perecimento de direito”, nada impede indeferir a petição inicial mediante sentença, quando for o caso previsto em lei.

Se, por exemplo, o autor alega urgência, mas não tem legitimidade, a carência da ação é prejudicial à urgência, devendo ser apreciada antes. Nesse caso o juiz plantonista deve sentenciar indeferindo a petição inicial e, depois, remeter os autos para a distribuição. O eventual recurso será processado na vara para a qual a ação for distribuída.

Mal Cardíaco Preexistente e Imputação Objetiva

Damásio de Jesus*

O empresário R. J. P. J., de 50 anos, de São Paulo, morreu na noite de 08/08/03, na Praia do Lázaro, em Ubatuba, litoral norte de São Paulo, depois de ter sido amarrado e amordaçado por dois homens armados. Por volta das 22 horas, os bandidos invadiram a casa de P. J., que estava com a mulher, M. L., de 55 anos. Trancaram os dois num dos quartos e roubaram celulares, anéis, relógios, malas e R\$ 360,00, fugindo em seguida. Em depoimento, M. L. contou que o empresário se sentiu mal e morreu ao dar entrada no pronto-socorro¹. Imagine que a vítima fosse portadora de problemas cardíacos desconhecidos dos assaltantes. Considerando que:

*Professor, advogado, parecerista e ex-membro do Ministério Público.

Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, v. 16, n. 5, maio 2004

1. o art. 157, § 3º, parte final, do Código Penal, descrevendo o latrocínio, prevê a morte como resultado da violência;

2. o resultado morte pode advir de dolo ou culpa², de perguntar-se: na hipótese, a morte da vítima é de responsabilidade dos autores, respondendo eles por latrocínio?

Segundo pensamos, não é possível atribuir aos agentes a morte da vítima, razão pela qual somente respondem pelo crime de roubo circunstanciado ou agravado, em função do emprego de arma, concurso de pessoas e seqüestro, este utilizado como meio executório do roubo³.

É possível chegar-se a tal conclusão de duas formas distintas:

1ª) *doutrina tradicional do CP de 1940*: afastamento do crime de latrocínio por *ausência de dolo ou culpa*, subsistindo o roubo triplamente agravado⁴;

2ª) *teoria da imputação objetiva*: *atipicidade* do resultado morte, subsistindo o delito supramencionado.

De notar-se que as soluções guardam uma sensível diferença, embora coincidam nos resultados: na primeira, o fato é típico, excluindo-se o delito pela falta de dolo ou culpa; na segunda, o resultado morte é objetivamente atípico, sendo desnecessário analisar a presença ou não do dolo ou da culpa.

Pela teoria tradicional, os problemas cardíacos do empresário configuram causa preexistente relativamente independente da conduta dos assaltantes. Procedendo-se ao juízo de eliminação hipotética, subsiste o nexo de causalidade entre a violência exercida pelos agentes e o resultado morte, uma vez que, se não tivessem amordaçado e amarrado o empresário, o mal cardíaco de que era portador não teria desenvolvido o processo que o levou à morte. De ver-se, contudo, que a doutrina tradicional se posiciona no sentido de excluir a imputação do resultado quando a causa preexistente relativamente independente lhe era totalmente desconhecida, como no caso em exame, argumentando que nessa hipótese não se poderia falar na existência de dolo ou culpa com vistas ao resultado morte. Afinal, “pelo resultado que agrava especialmente a pena só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente”⁵. Daí a primeira conclusão mencionada: afastamento de dolo ou culpa no que tange à morte do empresário, excluindo o delito de latrocínio. Saliente-se, entretanto, que, antes de se perfazer a imputação pessoal, examinando-se a presença do dolo ou culpa, deve-se configurar a *imputação objetiva*.

Como dissemos recentemente, “investigações que visam a certificar se o resultado é obra do autor prescindem do elemento subjetivo. É indiferente, para tal compreensão, tenha o agente desejado (dolo) ou não (culpa) o resultado. Somente

após verificar-se a possibilidade de imputação, levando em consideração aspectos meramente objetivos, é que se deve partir para a análise da questão subjetiva”⁶. Mir Puig pondera, nesse sentido: “antes de perguntar se um fato foi praticado com dolo ou culpa é necessário saber se efetivamente houve sua realização”⁷. Conforme afirmamos, “a imputação objetiva requer a verificação de a conduta haver criado um perigo juridicamente reprovável ao bem jurídico e de o resultado produzido corresponder à realização do perigo juridicamente proibido (relação de risco-resultado). Ela deve ser feita *ex post*. Se o resultado foi causado por um risco diferente daquele produzido pela conduta desaprovada, não pode ser atribuído a seu autor. Em consequência, o resultado é objetivamente atípico quando não corresponde ao gênero de risco criado pelo agente (....). Assim, inexistente imputação objetiva na hipótese de o evento não se conformar à realização do perigo juridicamente desaprovado criado pelo comportamento (resultado não correspondente à realização do risco juridicamente desaprovado criado pela conduta)”⁸.

Exige-se “um relacionamento direto entre o dever infringido pelo sujeito e o resultado produzido. Há só responsabilidade pelos danos diretos. O autor não responde pelas consequências secundárias, isto é, pelos danos indiretos ou resultados que não se encontram na extensão da incriminação da figura típica.”⁹ Dessa forma, ainda que se verifique a existência de nexos causal, a morte não pode ser imputada aos assaltantes, porquanto *a situação de risco por eles criada não se concretizou dentro do âmbito de proteção da norma do art. 157, § 3º, do CP*, mas somente naquela do art. 157, § 2º, I, II e V, do mesmo diploma punitivo. Vê-se, pois, que a conduta dos agentes não guarda tipicidade com o crime de latrocínio pela *falta de imputação objetiva*.

Notas

¹ Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11/08/03. Caderno Cidades, p. C4.

² RT 413/113; RTJ 94/330.

³ CP, art. 157, § 2º, I, II e V.

⁴ CP, art. 157, § 2º, I, II e V.

⁵ CP, art. 19. Trata-se da proibição da responsabilidade penal objetiva.

⁶ *Diagnóstico da teoria da imputação objetiva no Brasil*. São Paulo: Ed. Damásio de Jesus, 2003. p. 34.

⁷ *Derecho Penal: Parte General*. 4ª ed. Barcelona: PPU, 1996. p. 215.

⁸ *Imputação objetiva*. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 82-83.

⁹ Op. cit. *Imputação objetiva*. p. 84.
